

Diálogo social e neoliberalismo: um estudo comparado da origem dos Conselhos Econômicos e Sociais na Espanha, em Portugal e no Brasil*

Social Dialogue and Neoliberalism: a Comparative Study of the Origin of Economic and Social Councils in Spain, Portugal and Brazil

André Pereira Carneiro**

Thiago Fontelas Rosado Gambi***

Resumo: O Conselho de Desenvolvimento Econômico Social (CDES) foi criado no Brasil em 2003. Esse arranjo promotor da participação social nas decisões governamentais pode ser visto como uma novidade institucional no país, entretanto, conselhos como esse já haviam sido criados em outros países e influenciaram a estruturação da instituição brasileira. Para melhor compreender sua origem e atuação, este artigo reconstitui os contextos de criação dos Conselhos Econômicos e Sociais da Espanha e de Portugal e os compara ao da criação do CDES brasileiro. A perspectiva histórica permite enxergar nas experiências dos países ibéricos uma tentativa de resgatar o diálogo social depois de longas ditaduras, todavia, serviram também para reiterar reformas econômicas liberais no contexto da integração europeia. A experiência brasileira resultou da proposta de um novo pacto social, em tese crítico da política econômica neoliberal implantada na América Latina nos anos 1990, mas também acabou por conferir-lhe institucionalmente maior legitimidade social. Em síntese, em que pese as diferenças em cada caso, a reconstituição da origem dos conselhos acima referidos revela a tentativa comum de estabelecer um diálogo social, mas também a necessidade, por parte dos governos responsáveis por sua implantação, de legitimar a adoção de políticas econômicas neoliberais.

Palavras-chave: Conselho Econômico e Social, diálogo social, neoliberalismo, Brasil, Espanha, Portugal.

Abstract: The Social and Economic Development Council (CDES) was created in Brazil in 2003. This arrangement can be seen as an institutional innovation in the country, however, councils like this had already been created in other countries and influenced the structuring of the Brazilian institution. To better understand its origin and performance, this article reconstructs the contexts of creation of the Economic and Social Councils of Spain and Portugal and compares them to the creation of the Brazilian CDES. The historical perspective allows us to see in the experiences of the Iberian countries an attempt to rescue social dialogue after long dictatorships, however, they also served to reiterate liberal economic reforms in the context of European integration. The Brazilian experience resulted from the proposal of a new social pact, but it also ended up granting greater social legitimacy to the liberal economic policies. In summary, despite the differences in each case, the reconstitution of the origin of the aforementioned councils reveals the common attempt to establish a social dialogue, but also the government need to legitimize the adoption of neoliberal economic policies.

Keywords: Economic and Social Council, social dialogue, neoliberalism, Brazil, Spain, Portugal.

Código JEL: N4

*Submissão: 09/02/2022 | Aprovação: 05/04/2022 | Publicação: 03/06/2022 | DOI: [10.54805/RCE.2527-1180.v5.n1.102](https://doi.org/10.54805/RCE.2527-1180.v5.n1.102)

**Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, Brasil | E-mail: anepca@terra.com.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0288-3225>

***Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, Brasil | E-mail: thiago.gambi@unifal-mg.edu.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8011-3544>

Introdução: o diálogo social e o contexto de criação de conselhos econômicos e sociais

Para entender a criação de Conselhos Econômicos e Sociais e a consequente institucionalização do diálogo social, isto é, a definição de um espaço formal de discussão e deliberação de propostas governamentais com setores representativos da sociedade civil, é importante considerar o contexto de criação de cada um deles, pois sua origem costuma ter implicações para seu posterior funcionamento. Por isso, este artigo discute a formação dos conselhos na Espanha, em Portugal e no Brasil, a fim de comparar suas experiências, identificar elementos comuns e compreender melhor a promoção do diálogo social nesse tipo de arranjo institucional.

Na Espanha, os primeiros passos em direção à criação de um espaço institucionalizado para o diálogo social foram dados em 1975 com o fim da ditadura franquista, momento a partir do qual se observa um amplo debate na sociedade espanhola sobre os rumos do governo, tendo servido a criação de seu Conselho Econômico e Social, posteriormente, como uma alternativa para ampliá-lo pela via institucional. Em Portugal, na década de 1980, foram criados o Conselho Permanente de Concertação Social e o Conselho Nacional do Plano como instituições voltadas para a ampliação do diálogo social. O problema dessas instituições portuguesas, que levou à criação de seu Conselho Econômico e Social, foi justamente sua incapacidade de construir grandes concertações. No Brasil, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), vulgarmente chamado de 'Conselhão', foi instituído justamente com o propósito de abrir espaço para um diálogo social até então limitado e não institucionalizado, tendo o governo como protagonista do processo.

O contexto econômico em que esses conselhos foram criados é fundamental para melhor compreendê-los. Enquanto na Espanha e em Portugal predominavam as políticas neoliberais ditadas pelo processo que levaria à União Europeia, na América Latina, e no Brasil em particular, o momento era de reversão do consenso de Washington implementado em diversos países da região nos anos 90, tendo o conselho brasileiro sido criado com a intenção de formar um novo pacto social no país notadamente alternativo à ideologia neoliberal, embora sua prática não tenha sido capaz de confirmar plenamente seu propósito.

Por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, apresentamos análises de natureza qualitativa para cada um dos casos estudados e, a seguir, partimos para a avaliação em caráter histórico e comparado de suas origens e seu funcionamento inicial. Pretendemos mostrar que os conselhos nesses três países foram criados em momentos desafiadores do ponto de vista econômico e político. Seu propósito era ampliar o diálogo social e legitimar decisões governamentais representativas de certos acordos entre diferentes classes sociais e setores econômicos. No entanto, na prática, embora os conselhos tenham sido espaços propícios à ampliação do diálogo social, acabaram servindo também para respaldar propostas econômicas de cunho neoliberal, seja para garantir a adesão à União Europeia, no caso de Espanha e Portugal, seja para ganhar a confiança dos mercados, no caso brasileiro.

Para discutir a origem e o funcionamento dos conselhos econômicos e sociais da Espanha, de Portugal e do Brasil, este artigo se estrutura em três partes, cada uma delas explorando os casos de cada país. Ao cabo, apresentamos uma análise conjunta dos três casos à guisa de considerações finais.

1. Espanha, 1991

A criação do Conselho Econômico e Social espanhol deve partir de uma análise mais ampla historicamente, já que surgiu no bojo do processo de redemocratização iniciado com a morte de Francisco Franco em 1975. A morte do ditador ensejou uma grande reforma para possibilitar a transição política para um sistema democrático, a fim de possibilitar a adesão do país à então Comunidade Econômica Europeia (CEE), que exigia a democracia como regime político de seus membros. Para viabilizar a transição, ainda sob os auspícios do franquismo, formou-se, em 1974, um governo reformador que a conduziria baseado em três exigências, chamadas de Trinidad Arias, a saber, a monarquia como forma de governo, a unidade nacional e a negação do comunismo (SECCO, 2003).

Com base nessa trindade, o governo do presidente Carlos Arias Navarro iniciou a transição democrática que culminaria com a formalização de um pacto político entre conservadores de diversos matizes e socialistas cujo resultado foi a Constituição espanhola de 1978. Segundo Secco (2003), o acordo entre correntes políticas tão distintas só foi possível em virtude do consenso social contrário a um novo conflito armado no país.

No início da década de 70, com a crise econômica, as relações de trabalho apresentaram uma significativa piora com o desemprego em massa, a inflação persistente e alta, e a piora da produção industrial. Essa grave crise econômica e seu impacto social remetiam ao período da grande depressão, iniciada em 1929, e da guerra civil subsequente. Nesse quadro, era imperiosa e premente a abertura de um diálogo social, com o objetivo de se construir uma Espanha unida e alcançar uma reconciliação capaz de evitar um novo confronto civil com consequências potencialmente catastróficas. Da mesma maneira, a morte de Franco favoreceu e acelerou o processo de transição democrática e ampliação da participação popular na política (KUNRATH, 2012; MARUGÁN, 2003).

Com efeito, a transição democrática bem-sucedida, na Espanha, não foi obra de um único vetor. A vigência durante quatro décadas de uma ditadura ferrenha acabou expropriando a noção de participação popular e é preciso considerar

também os setores que já atuavam em favor da democracia na clandestinidade durante a ditadura e outros setores que começaram a defender essa abertura após a morte de Franco (VEGARA, 2003). Antes da transição democrática inexistia qualquer perspectiva do diálogo social, sendo a década de 60 marcada como um período de grande intervenção do Estado na luta sindical, minando a autonomia dos trabalhadores e suspendendo o direito de greve (MARUGÁN, 2003). Por isso é interessante verificar que, embora as relações trabalhistas estivessem calcadas na atuação do Estado, o que marcou de forma clara essa transição democrática foi a implantação de um novo modelo de relação trabalhista baseado na construção de um diálogo social e, para que esse diálogo fosse frutífero, era importante que os agentes econômicos e sociais envolvidos fossem representativos, reconhecidos mutuamente como interlocutores válidos e autônomos (CORREA, 2003).

A criação de consensos mínimos na sociedade espanhola não surgiu de repente. Foram numerosas etapas e negociações envolvidas, sendo marcante as que se iniciaram com os famosos Pactos de Moncloa, no final dos anos 70, reconhecidos como uma expressão da vontade de se consolidar uma sociedade democrática (CORREA, 2003). Como aduz Secco (2003), a experiência no Palácio de La Moncloa foi decisiva e condicionou a realidade espanhola a partir de então na busca permanente por um diálogo social. Era imperativo considerar o papel da oposição para garantir a legitimação das políticas a serem adotadas para superar a crise econômica e política.

Grande parte dos pactos celebrados em La Moncloa era de natureza econômica e procurava dar estabilidade à economia para atravessar a crise mundial, bem como consolidar o processo de democratização espanhol. Na análise de Marugán (2003), eles podem ser vistos dentro de um triângulo em que os vértices seriam a impossibilidade de retornar ao passado, a necessidade de mudanças urgentes e a exigência de uma maior integração com o restante da Europa.

Apesar do claro conteúdo econômico dos pactos, eles tiveram grande importância política ao incluírem os trabalhadores naquele processo por meio das confederações sindicais, que contribuíram para convencê-los a aceitar a maior parte do ônus da crise, abrindo caminho para a implantação da política econômica e da negociação pacífica em torno da nova Constituição (VEGARA, 2003).

De fato, os Pactos de Moncloa regulamentaram e fixaram as regras do jogo que possibilitaram e permitiram regular a transição pela qual passava o país com a edição da Constituição de 1978. Definiram também a democracia como um tema comum a todos os atores e a necessidade de se garantir sua maior institucionalização e legitimação. De acordo com Gómez (1992), a Constituição aprovada teve um claro conteúdo social e laboral, e previu um modelo de Estado Social, cuja atuação seria impositiva para trazer progresso e pleno emprego.

Entretanto, após a assinatura dos pactos e a promulgação da Constituição, a harmonia vigente durante as reuniões em La Moncloa deixou de existir com a direita se entendendo majoritária e defendendo políticas mais conservadoras (MARUGÁN, 2003). Essa quebra do clima de consenso acabou ocorrendo antes da formalização de um marco democrático para as relações trabalhistas, com uma propaganda ferrenha da direita contra as ações sindicais (VEGARA, 2003).

Apesar dessa quebra, em 1979, foi firmado o Acordo Básico Interconfederal, o primeiro oriundo do pacto, com o propósito de fixar as bases para uma nova filosofia trabalhista. Nele estavam previstos os ideais de livre associação, de reconhecimento dos direitos sindicais e do abandono do paternalismo do Estado em relação aos trabalhadores. Em outras palavras, significou a formalização da liberdade sindical, embora uma das maiores confederações sindicais na época, a Confederação Sindical de Comissões Operárias (CC.OO), tivesse ficado de fora das negociações do Acordo (VEGARA, 2003), evidenciando, à direita e à esquerda, a fragilidade da construção do diálogo social naquele momento. De qualquer modo, esse acordo é importante para a compreensão do Conselho Econômico e Social espanhol por ter fixado as bases de sua composição.

No início da década de 80, as reformas da transição democrática estacionaram, assim como a crise econômica levou o país à recessão. Aumentaram as pressões para o aumento do gasto público e dos salários, apesar dos claros limites de atuação do Estado espanhol (MARUGÁN, 2003). Como situações econômicas difíceis costumam ensejar turbulências políticas, em 1981, houve uma tentativa frustrada de golpe militar, o que, segundo Vegara (2003), acabou contribuindo para a retomada do diálogo social amplo diante da percepção de fragilidade da democracia e da necessidade de sustentar a transição democrática. Como veremos na próxima seção, processo semelhante se desenrolou em Portugal.

A consequência política concreta do golpe frustrado foi a antecipação das eleições para 1982, vencida por ampla maioria, pelo Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE). A principal tarefa dos socialistas foi consolidar a democracia e modernizar o sistema produtivo, cujo objetivo era recuperar o crescimento econômico e reduzir o desemprego. Entre 1983 e 1985, o governo socialista adotou uma política econômica ortodoxa para conter a inflação e possibilitar o crescimento e a diminuição do desemprego. Foram feitas reformas, principalmente, para flexibilizar as relações trabalhistas, favorecendo a contratação temporária, mas criando, ao mesmo tempo, um arcabouço de proteção ao trabalhador com a assistência do Estado.

Essa orientação ortodoxa das políticas públicas contou com o apoio da União Geral dos Trabalhadores (UGT), embora tenha enfrentado resistência por parte da já mencionada CC.OO. Apesar da dissonância, em 1984, foi firmado o Acordo Econômico e Social (AES), resultado do processo de concertação social. Na avaliação de Vegara (2003), esse acordo, que previa a flexibilização das relações de trabalho, acabou produzindo a substituição de trabalhadores estáveis por temporários que levou a atritos entre a UGT e o governo, e a convocação de greves gerais. Por outro lado, esse mesmo acordo permitiu

a entrada da Espanha na CEE (INTERLOCUCIÓN, 2008). Segundo Marugán (2003), o partido socialista não foi capaz de antecipar o desgaste em sua legitimidade ao abraçar o discurso ambíguo em defesa do Estado de bem-estar e, ao mesmo tempo, adotar políticas de cunho neoliberal. Para Secco (2003), essas políticas, especialmente as relacionadas ao trabalho, de fato ameaçavam a continuidade da concertação social.

Para completar o desgaste, em 1985, a reforma da seguridade social, com modificação nas condições de recebimento de aposentadorias, aumentou a tensão entre o governo socialista e a UGT, seu aliado histórico. Não obstante, a Lei Orgânica da Liberdade Sindical, editada em 1985 e ainda resultado do processo de concertação, além de estabelecer a autonomia dos sindicatos e a liberdade sindical individual, criou regras de representatividade, com graus variados de representação – maior, simples, suficiente – que depois seriam aproveitadas no Conselho Econômico e Social (CORREA, 2003).

Em 1987, a política de concertação social entrou definitivamente em crise com o questionamento da política econômica e de salários, insatisfação com o aumento da desigualdade e o confronto aberto por meio das greves gerais. Se essas greves podem ser vistas, a princípio, como a expressão do fracasso do diálogo social, por outro, acabaram possibilitando a volta das negociações pouco tempo depois (VEGARA, 2003; INTERLOCUCIÓN, 2008).

O Conselho Econômico e Social espanhol foi criado nesse contexto, em 1991. De acordo com Marugán (2003), a concertação social envolvida na transição democrática foi engenhosa do ponto de vista político, mas teria resultado mais do contexto de crise econômica e de um voluntarismo coletivo do que da institucionalização de uma política efetiva de diálogo social.

Para compreender a criação do conselho e a institucionalização do diálogo social nesse momento, é preciso considerar o processo de integração da Espanha à União Europeia entre 1986 e 1994. Esse período foi marcado pela recuperação econômica, com a abertura comercial e financeira derivada da integração à CEE, bem como pela elaboração de políticas públicas para o emprego baseadas na qualificação da mão de obra (INTERLOCUCIÓN, 2008). Com essas medidas de viés neoliberal, a relação do governo com sindicatos continuou enfraquecida e o resultado foi a convocação de uma greve geral em 1988.

Tais medidas preconizadas pela CEE, especialmente a flexibilidade das relações trabalhistas, não conseguiram solucionar o grave problema do desemprego no início dos anos 90. Para Kunrath (2012), a crise de legitimidade do governo foi essencial para que agentes econômicos, sociais e do próprio governo procurassem um meio de institucionalizar o diálogo social e esse meio foi justamente a criação do conselho. Não obstante, é preciso considerar também, na criação do conselho espanhol, a existência de instituições do mesmo tipo em outros países da CEE, podendo ser visto, portanto, como um movimento de aproximação institucional desses países.

Na verdade, a demanda pela institucionalização do diálogo social já vinha desde a Constituição de 1978, a qual previu a criação de um conselho para debater o planejamento da economia. O conselho criado em 1991, no entanto, não tem essa função, sendo somente um instrumento de consulta mais amplo das políticas econômicas e sociais a serem propostas pelo Executivo ao Legislativo. Por isso, na avaliação de Gómez (1992), o Conselho Econômico e Social espanhol não tinha fundamentação constitucional, embora pudesse ser enquadrado no espírito da lei maior, que previa um modelo de Estado com participação social.

Portanto, percebe-se que o processo que deu origem ao Conselho Econômico e Social espanhol foi pautado por um tenso diálogo entre sociedade e governo, com influência do contexto externo. As crises econômicas, a transição democrática e a integração da Espanha à CEE foram elementos viabilizadores de um diálogo social mais ou menos efetivo desde os pactos de Moncloa. As razões da tensão estavam vinculadas ao comportamento ambíguo do governo socialista acenando para o Estado de bem-estar, por um lado, e adotando uma política econômica e reformas trabalhista e previdenciária de cunho neoliberal, por outro. Com isso, houve um esgarçamento do diálogo social ao longo do tempo, especialmente entre governo, trabalhadores e empresários, e tornou-se mais clara a necessidade de institucionalizá-lo no Conselho Econômico e Social. A crise econômica e política do início dos anos 90, assim como a integração à CEE, forneceram a conjuntura favorável para sua criação.

2. Portugal, 1991

As tensões sociais vividas em Portugal são similares às espanholas. Após a fim do governo militar e com a morte do ditador António de Oliveira Salazar, o país precisava promover sua transição democrática e enfrentar a crise econômica do final dos anos 70 e início dos 80. Diferentemente da Espanha, a ditadura portuguesa foi derrubada pela revolução dos cravos, de viés esquerdista. Aliás, a revolução portuguesa acabou contribuindo para fomentar o diálogo social na Espanha, já que nesse país se queria evitar justamente uma revolução de esquerda (SECCO, 2003).

A revolução se iniciou em 25 de abril de 1974 com um bem-sucedido levante militar contra o governo de Marcelo Caetano, que levou ao governo António de Spínola, militar, líder dos revolucionários. Em setembro do mesmo ano, Spínola fracassou com a chamada Marcha da Maioria Silenciosa, movimento popular crítico do aprofundamento da pauta política de esquerda e da independência colonial, deixou o governo e se refugiou na Espanha. Fracassou também ao apoiar a intentona de

março de 1975, tentativa de golpe que serviu de justificativa para a radicalização da esquerda nas estruturas militares fazendo com que Portugal se visse próximo de uma guerra civil (SECCO, 2003). Somente em novembro de 1975, com o expurgo de militares mais radicais das forças armadas, Portugal caminhou para certa normalidade constitucional, tendo sido promulgada uma nova Constituição em 1976.

Embora a revolução tenha promovido uma ruptura política, Lopes (1993) avalia que, depois de 1974, tentou-se construir uma concertação social por meio do Conselho Nacional de Planos, que estabeleceu políticas de rendas e políticas setoriais, bem como orientou a atuação estatal no sentido do diálogo. No entanto, a ruptura política praticamente o inviabilizou, mormente por conta da substituição da elite política e do questionamento da propriedade privada por meio de desapropriações e nacionalizações. Como na Espanha, o quadro mais radical de meados da década de 70 gerou a necessidade de se ampliar o diálogo social, a fim de estabilizar o processo de transição democrática. Contudo, os esforços nesse sentido ficaram restritos à fixação de pré-condições para que o diálogo viesse a ocorrer (LOPES, 1993).

Somente em meados de 1983, surgiu a possibilidade de se criar um conselho com o propósito de fomentar o diálogo social, ideia que já vinha amadurecendo informalmente na sociedade portuguesa. Segundo Lopes (1993), os fatores que levaram a essa mudança foram o empenho do governo, a gravidade da situação econômica e a compreensão dos atores sociais de que apenas por meio da concertação social a superação da crise seria possível. Também como na Espanha, a discussão sobre o conselho avançou num quadro de crise econômica e transição política. Contudo, em Portugal, a emergência da concertação social se deu sem uma cultura de construção de confiança entre os atores sociais, especialmente entre trabalhadores e empresários, esses últimos enxergando o diálogo social mais como um caminho para liberalizar a economia (LIMA, NAUMANN, 2000).

Apesar da desconfiança, em 1984, foi criado o Conselho Permanente de Concertação Social, o qual tinha composição tripartite e a função de gerar concertos sociais para se atravessar a crise econômica e concretizar a transição política. Sua criação foi um dos marcos para a institucionalização desse diálogo social e inaugurou uma nova fase que permaneceu problemática, mas pode ser considerada um momento mais rico do que o período anterior (FERREIRA, 2005). O próprio processo de formação e criação desse Conselho já fora marcado pelo diálogo social, tendo contado com a participação direta das confederações sindicais e das organizações empresariais na confecção da legislação que o instituiu. Com efeito, a criação desse Conselho teve o intuito de estabilizar o sistema político em um momento em que foram tomadas decisões dolorosas para a população com o intuito de superar a crise econômica e financeira de Portugal (LIMA e NAUMANN, 2000). Mais uma vez a institucionalização da concertação social abria caminho para a adoção de políticas de corte neoliberal.

Por isso não surpreende a existência de dissidências dentro do movimento sindical português. Lopes (1993) mostra que, apesar da abertura do governo para o diálogo social no momento da edição legislativa do Conselho, uma das maiores representações sindicais portuguesas, a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP), se recusou a participar das reuniões conjuntas de preparação e das reuniões iniciais, após a sua criação. Por outro lado, a União Geral de Trabalhadores (UGT) participou ativamente dessa formulação (LIMA e NAUMANN, 2000).

Neste aspecto, deve-se observar a grande diferença para o caso espanhol retratado na seção anterior no qual a demanda governamental para a criação do conselho se efetivou somente nos anos 90. Pode-se dizer que o atraso dessa demanda em relação a Portugal se deveu à existência de um diálogo social prévio na Espanha, formalizado nos pactos sociais e na própria aproximação entre o governo socialista e a UGT. Na ausência desse diálogo prévio, a demanda apareceu em Portugal alguns anos antes.

Criado em março de 1984, o Conselho já deveria apresentar uma resposta ao governo até junho do mesmo ano sobre o Programa de Recuperação Financeira e Econômica a ser instituído. Lopes (1993) aponta que havia uma descrença quanto à sua efetividade, entretanto, havia também certa consciência dos atores sociais da necessidade de seu protagonismo, especialmente, no enfrentamento da crise econômica. Dessa maneira, em setembro de 1984, foi assinado o primeiro acordo no âmbito do conselho.

Um dos principais propósitos dos acordos firmados era baixar a inflação por meio de um arrocho salarial, o que ajuda a explicar a oposição da CGTP à UGT. Os acordos, inicialmente, não pretendiam alterar o padrão das relações trabalhistas (LIMA e NAUMANN, 2000). Apesar de toda descrença e inexistência de um histórico de concertação social em Portugal, Avilés (1992) considera o Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS) um exemplo de instituição apta e capaz de gerar concertações sociais, muito em função de sua composição, com membros altamente representativos da sociedade.

A integração europeia também serviu de pano de fundo para a criação do Conselho Econômico e Social em Portugal, cuja entrada na CEE foi aprovada pelos membros do Conselho Permanente. Iniciou-se, assim, uma nova fase de institucionalização do diálogo social no país, pois, além da participação direta nas decisões europeias tomadas em Bruxelas, o CPCS interagiu com seus congêneres por meio do Conselho Econômico e Social da CEE.

Ferreira (2005) identifica três marcos da experiência portuguesa de concertação social depois de 1974. O primeiro é o fim da ditadura e a transição democrática, processo liderado pelo Estado, com participação menor dos sindicatos, menos maduros do que em outros países europeus. Outro marco que enfraqueceu a participação sindical e fortaleceu o protagonismo estatal foi a pluralidade da representação trabalhista e patronal, e a consequente falta de união entre sindicatos. Enquanto a CGTP

adotava um sindicalismo de contestação, a UGT aderiu ao governo socialista (SANTOS, 2005). Lima e Naumann (2000) reforçam a fragilidade do sindicalismo português pela falta de coesão. Somente em 1987, com a vitória da direita nas eleições, a CGTP decidiu entrar na arena da concertação social, ou seja, durante um grande período o diálogo social ficou restrito a uma das representações sindicais. O terceiro marco foi a adesão à CEE, o que obrigou a aceitação de um compromisso envolvendo trabalhadores e empregadores para a estabilidade econômica, favorecendo a implementação de práticas de concertação social para possibilitar reformas de cunho neoliberal.

Os marcos identificados por Ferreira (2005) se aproximam da periodização do processo de concertação social feito por Lopes (1993). O primeiro e o último momentos dizem respeito, respectivamente, à transição democrática até 1979 e à adesão à CEE em 1986. Entre eles, se deu a estabilidade econômica com o Programa de Recuperação Financeira e Econômica assinado pelo Conselho Permanente de Concertação Social em 1984.

Em 1989, a segunda revisão constitucional previu a criação do Conselho Econômico e Social. Diferentemente do caso espanhol, cujo conselho decorreu de legislação ordinária, o conselho português tinha respaldo da Constituição e seria resultado da fusão de três conselhos já existentes, quais sejam, o Conselho Nacional de Plano, o Conselho de Rendimentos e Preços e o Conselho Permanente de Concertação Social. O novo conselho seria um órgão de consulta e concertação, no âmbito das políticas econômicas e sociais, participando necessariamente nos planos de desenvolvimento. Tal conselho foi efetivamente criado em 1991.

Antes dele, a necessidade de concertação social se restringia, basicamente, a políticas de renda, passando, a partir dele, para uma nova fase de negociações mais globais que envolviam as políticas econômica, fiscal, trabalhista, de renda e da seguridade social (FERREIRA, 2005). A diferença fica clara quando se compara o último acordo firmado antes da criação do Conselho Econômico e Social, o Acordo Econômico e Social, de 1990, e o primeiro depois de sua criação, o Acordo de Concertação de Curto Prazo, de 1996. Enquanto o anterior tratou estritamente da necessidade de reduzir carga horária para manutenção do emprego e de flexibilizar a jornada de trabalho, o seguinte englobou uma série de questões que envolviam seguridade social, meio ambiente, turismo, entre outras (LIMA e NAUMANN, 2000).

Além disso, a criação do Conselho Econômico e Social procurou ampliar o diálogo social para além das elites políticas e econômicas, algo essencial para a transição política e recuperação econômica do país. Entretanto, endossou políticas de cunho neoliberal associadas também à integração europeia. Seu papel foi, em suma, viabilizar institucionalmente a incorporação de todos os atores sociais no processo de transformação econômica e social, e legitimar políticas governamentais, assim como ocorreu no Brasil.

3. Brasil, 2003

No Brasil, a tentativa de criar um diálogo social mais inclusivo se deu com a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições presidenciais de 2002. Anteriormente, eram as elites políticas e econômicas quem fixavam os marcos do desenvolvimento econômico e social por meio de pactos por eles formalizados (BRESSER-PEREIRA, 2012). Como visto nas seções anteriores, os conselhos de Espanha e Portugal foram resultado de um processo prévio de construção de concertações sociais experimentado de maneira mais limitada pelo Brasil. Por outro lado, como nos países ibéricos, o país passou por um longo período de ditadura militar e, na década de 80, iniciou sua transição democrática.

Segundo Bresser-Pereira (2012), a ditadura começou a perder apoio popular depois de uma série de medidas autoritárias e equivocadas de Geisel, muito mal-recebidas pelo empresariado, assim como a grave crise econômica vivenciada no final da década de 70 e início de 80, com elevada dívida externa e inflação inercial. O movimento sindical começou a pressionar o governo nesse momento, embora a experiência brasileira fosse próxima da portuguesa, com grandes sindicatos, mas ainda sob forte influência ou censura estatal (SANTOS, 2005).

Como na Europa, a economia foi um importante pano de fundo da transição política e interferiu na construção de um modelo constitucional apto a criar um diálogo social consistente. A crise política e econômica, no ocaso da ditadura, levou a reivindicações populares que se concretizaram em manifestações pelas “Diretas-Já”, em defesa de eleições com voto popular, e na própria Constituição de 1988, com uma clara marca democrática e social.

A transição democrática no Brasil foi costurada por um acordo complexo que buscava restaurar as regras do jogo político democrático. Embora a oposição tenha chegado ao poder em meados dos anos 80, por meio de eleições indiretas, os militares mantiveram grande influência e representatividade no governo Sarney, o primeiro de um civil logo depois da ditadura (KUNRATH, 2012). Enquanto na Espanha e em Portugal houve uma ruptura com os governos ditatoriais e se iniciou um processo de empoderamento da sociedade e dos partidos políticos, ainda que intermediado, respectivamente, pela monarquia e pelas forças militares revolucionárias, no Brasil, a transição democrática não foi capaz de promovê-la.

No final da década de 80, o país assistiu à promulgação de sua Constituição e a emergência dos movimentos sociais. Diferentemente de Espanha e Portugal, esses movimentos não eram formalmente reconhecidos pelo Estado, com implicações para a formação dos conselhos econômicos e sociais. Esse processo de emergência dos movimentos sociais encontrou respaldo e reverberou no próprio processo constituinte, no qual ganharam importância os conselhos gestores formados por membros

da sociedade civil, mormente nas áreas da saúde e de assistência social. Além disso, foi dada relevância constitucional a outros instrumentos de participação popular, como a previsão de plebiscito, referendo e projetos de lei de iniciativa popular.

O processo de ampliação do diálogo social se consolidou em 2002. Como observado por Avritzer (2013), o PT sempre esteve muito ligado aos movimentos sociais e sindicatos, e, com a vitória nas eleições presidenciais, assumiu o compromisso de ampliar o diálogo com importantes movimentos e sindicatos, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Entretanto, é preciso considerar que, apesar dessa abertura a maior participação social, o sindicalismo brasileiro pode ser alvo da mesma crítica apresentada por Santos (2005a) ao sindicalismo português quanto ao risco para o movimento sindical de uma atuação partidária e sindicalista concomitante, pois isso tende a acarretar uma noção equivocada de que os benefícios conquistados para os trabalhadores o foram apenas pela intervenção do Estado, percepção ainda mais danosa para os sindicatos quando o governo atua contrariamente ao interesse do trabalhador no contexto da implantação de políticas neoliberais, como a flexibilização das relações trabalhistas.

O partido também estava mais aberto à participação popular direta, já sedimentada e praticada por governos petistas, especialmente nos municípios. O orçamento participativo, por exemplo, foi implantado em Porto Alegre por Olívio Dutra, em 1988, e se tornou uma marca registrada das administrações municipais do PT, como também se viu na gestão de Patrus Ananias em Belo Horizonte (AVRITZER, 2013). No entanto, essas políticas participativas não foram suficientes para sedimentar um diálogo social prévio à criação do Conselho Econômico e Social brasileiro no mesmo nível do que aconteceu na Espanha e em Portugal, já que ficou restrito a governos municipais ou áreas específicas de governo, como os conselhos de saúde e assistência social.

No front econômico, além da dívida externa, o país enfrentava em meados dos anos 80 uma grave crise inflacionária. O fracasso dos diversos planos de estabilização e o aprofundamento da crise econômica acabou por minar a legitimidade popular do governo Sarney, frustrando a euforia inicial com a transição democrática. Nas palavras de Bresser-Pereira (2012, p.37):

Entre 1980 e 2004 a economia brasileira enfrentou uma crise sem precedentes em sua história independente, com a renda per capita crescendo menos de um por cento ao ano. Em consequência, a economia foi incapaz de absorver o crescimento da população e a taxa de desemprego aumentou. Não houve desenvolvimento econômico nesse período.

O primeiro governo escolhido pelo voto direto depois da ditadura militar se elegeu, em 1989, na esteira dessa grave crise econômica e do espraçamento da ideologia neoliberal pela América Latina. O governo Collor, além do plano de estabilização, implementou uma série de políticas de viés liberal no âmbito da economia e, talvez com intuito de afastar o legado desenvolvimentista, relegou a segundo plano empresários e trabalhadores no processo decisório, trazendo para o seu centro, segundo Bresser-Pereira (2012), a elite financeira e os exportadores de commodities, além da burocracia estatal.

Nessa linha, o mercado se abriu para as multinacionais estrangeiras e forçou uma reestruturação da indústria nacional. Grande parte dela acabou fechando, falindo ou se associando a empresas estrangeiras. Na avaliação de Diniz e Bresser-Pereira (2013), o resultado foi queda acentuada no nível de emprego, desindustrialização e desnacionalização da economia. A estabilização econômica viria somente com o plano Real, no governo de Fernando Henrique Cardoso, que aprofundou as reformas liberais, especialmente a abertura comercial e financeira. A inflação foi controlada, inicialmente, por meio da âncora cambial, isto é, a manutenção de uma taxa de câmbio valorizada, e do consequente aumento da taxa de juros. A combinação da abertura comercial e financeira com o câmbio valorizado acabou levando à crise do final dos anos 90 (DINIZ e BRESSER-PEREIRA, 2013). Todo esse processo ocorreu sem abertura significativa para o diálogo com a sociedade. Interessante observar que na Espanha e em Portugal a crise econômica estimulou o diálogo social, enquanto no Brasil o problema inflacionário acabou por concentrar o poder nas mãos de tecnocratas.

Como asseverado por Paula (2005), a dimensão sociopolítica também foi relegada a segundo plano. A preocupação nesse período se concentrou nas dimensões econômico-financeira e institucional-administrativa do Estado, seguindo os preceitos impostos pelos países desenvolvidos e organismos internacionais.

De fato, na década de 90, foram feitas importantes reformas, como a da previdência, inclusive com a aprovação de uma Emenda Constitucional, a de nº 20/1998, sem qualquer abertura para um diálogo social como ocorrido na Europa, onde as principais mudanças na legislação previdenciária e trabalhista passaram por algum tipo de concertação social. No contexto do modelo gerencial de administração pública, a participação social acabou ficando apenas no discurso, enfatizando-se a implementação do modelo de gestão anglo-saxão, em que o fundamental era trazer para o setor público as práticas de gestão da iniciativa privada, sem uma real preocupação com a participação social no processo decisório ou efetiva abertura para a inclusão da sociedade nesse processo (PAULA, 2005).

A dificuldade de diálogo está associada às consequências da ideologia neoliberal no país e na região, isto é, a atuação do governo resultou, de maneira geral, em aumento da exclusão social, por meio do enfraquecimento dos mecanismos democráticos de redistribuição de renda, e beneficiou mais o capital financeiro do que o empresariado industrial nacional e

os trabalhadores (SANTOS, 2005b; DINIZ, BRESSER-PEREIRA, 2013).

A partir de 2002, houve uma reversão da onda neoliberal na América Latina, expressa na eleição de governos de esquerda em diversos países da região, inclusive o Brasil, e a abertura para a discussão de uma nova forma de desenvolvimento econômico e social. O conselho brasileiro foi criado nesse contexto político muito distinto de seus congêneres ibéricos. Com a chegada do PT à presidência, iniciou-se a costura por um novo pacto, com maior abertura para o diálogo social, embora as políticas econômicas não fossem tão díspares inicialmente daquelas vigentes no pacto anterior (SANTOS, 2006; BRESSER-PEREIRA, 2012). Na avaliação de Genro (2003), para possibilitar a formalização desse pacto, seria necessária a criação de um novo contrato social, por meio da formação de um novo bloco social dirigente que desse sustentação ao novo modelo econômico e social que se pretendia implantar.

O grande problema é que, no país, como exposto acima, inexistia uma tradição de concertação social, mas vigorava sim uma imposição dos interesses das elites e, durante a campanha eleitoral, já fora pensada a possibilidade de criação de um conselho com o propósito de possibilitar a concertação social (GENRO, 2003). Com esse fim, foram realizadas reuniões com diversos setores da sociedade civil, como empresários, representantes de Organizações Não-Governamentais (ONGs), trabalhadores, intelectuais, religiosos, demonstrando a intenção e a vontade política de se criar o Conselho Econômico e Social brasileiro (KOWARICK, 2003). À primeira vista, a proposta poderia parecer inovadora, mas, na verdade, seguia os passos de outras experiências, conforme apresentado nas seções anteriores. Não seria exato afirmar que o Brasil copiou os conselhos europeus ou que essas instituições foram meramente transplantadas para os trópicos, pois o conselho brasileiro guardou suas peculiaridades, contudo, é inegável a inspiração europeia.

De qualquer modo, a própria carta aberta ao povo brasileiro, apresentada em junho de 2002, já demonstrava o compromisso da candidatura do PT com a abertura à participação social para estruturar um novo modelo de desenvolvimento econômico e social, apto a formar um novo contrato social, como expressa claramente o seu texto:

O novo modelo de desenvolvimento para o país não poderia ser produto de decisões unilaterais do governo, nem seria implementado por decreto, de modo voluntarista, mas seria fruto de uma ampla negociação nacional que deveria conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social capaz de assegurar o crescimento com estabilidade (SILVA, 2002).

Como se depreende, durante a campanha já se falava da formalização de um novo pacto social por meio de uma ampla negociação nacional e o conselho brasileiro foi criado com o propósito de servir como arena para essa discussão entre as diversas camadas sociais, muitas delas alijadas do debate político, ou seja, ele inauguraria um diálogo social até então muito limitado no país, diferente dos casos espanhol e português.

Outro importante motivo para a criação do conselho foi a falta de respaldo inicial de segmentos sociais e políticos que detinham o vínculo com o grande capital, pois, como lembra Kunrath (2012), o governo petista despertava os piores temores das elites tradicionais do país e do capital internacional. Santos (2006) reforça esse ponto ao analisar que a política econômica neoliberal adotada inicialmente pelo governo foi necessária para lhe dar credibilidade, ainda que comprometesse a esperada mudança prometida durante a campanha. De fato, entre 2002 e 2003, o Brasil enfrentou uma crise especulativa causada pela desconfiança do mercado em relação aos rumos da política econômica (SOFIA, 2002) e o conselho serviria também como um instrumento institucional legitimador do governo. Portanto, embora idealizado num ambiente de crítica ao neoliberalismo e de debate sobre as possibilidades do desenvolvimento econômico e social, o conselho brasileiro acabou atuando para amenizar a reação social a políticas econômicas de viés ortodoxo.

Em suma, como sintetizou Genro (2003), levando-se em conta o contexto de desconfiança, a única forma de promover a mudança pretendida pelo governo recém-eleito seria por meio do diálogo social, pois a radicalização poderia levar a uma ruptura institucional e a um isolamento dos trabalhadores. Assim, a manutenção de um bloco coeso deveria ser buscada para garantir as grandes políticas e a mudança econômica e social pretendida, bem como para possibilitar a própria sustentação política do novo modelo de desenvolvimento econômico e social a ser gestado, ainda que fosse uma busca eivada pela contradição entre o debate de um novo modelo de desenvolvimento e a efetiva adoção da envelhecida receita neoliberal.

Considerações finais: três ditaduras, três conselhos

O objetivo deste artigo foi reconstituir o contexto de criação dos Conselhos Econômicos e Sociais da Espanha, de Portugal e do Brasil, a fim de comparar suas experiências. Os conselhos ibéricos foram criados num contexto em que o diálogo social já estava colocado em virtude de suas transições democráticas, da crise econômica experimentada por ambos os países e do desejo de integração à CEE. Pode-se dizer que emergiram para consolidar uma concertação social que pudesse evitar greves gerais e legitimar a adoção de políticas de cunho neoliberal, inclusive com flexibilização de relações trabalhistas e reforma de previdência, consideradas necessárias para a futura união monetária e fiscal desses países com outros países europeus mais desenvolvidos. Se nesses casos os conselhos serviram, por um lado, para estimular o diálogo social e resgatar a democracia representativa depois de anos de governos ditatoriais, por outro, acabaram reforçando e homologando reformas neoliberais.

Em contraponto aos casos espanhol e português, o conselho brasileiro foi criado num contexto em que a crise econômica anterior praticamente anulou o diálogo social até aquele momento, por isso, seu propósito não foi recuperá-lo, mas construí-lo. Se na Europa as políticas neoliberais eram uma exigência da CEE, no Brasil do início dos anos 2000, tais políticas viviam seu refluxo. Daí, idealmente, um de seus objetivos ter sido o de formar um novo pacto social e conceber um modelo econômico e social diferente do que levou ao caminho trilhado sob orientação da ideologia neoliberal. Essa conjuntura econômica poderia indicar um compromisso diferente do conselho brasileiro vis-à-vis seus congêneres ibéricos. No entanto, a conjuntura política apresentava um governo petista recém-eleito e carente da confiança dos setores econômicos produtivo e financeiro, o que reforçou a posição desses atores no conselho e o levou, em nome da governabilidade, a legitimar reformas neoliberais. O conselho brasileiro foi gestado, portanto, em meio à contradição entre fomentar o debate sobre uma eventual nova concepção de desenvolvimento e novas práticas de política econômica e social, e, simultaneamente, construir confiança nos setores economicamente relevantes, a fim de dar sustentabilidade ao novo governo.

Em suma, a perspectiva histórica e a análise comparada permitem enxergar nas experiências desses países uma tentativa de resgatar o diálogo social depois de longas ditaduras, todavia, elas serviram também para reiterar reformas econômicas liberais no contexto da integração europeia. A experiência brasileira resultou da proposta de um novo pacto social, em tese crítico da política econômica neoliberal implantada na América Latina nos anos 1990, mas acabou por conferir-lhe institucionalmente maior legitimidade social. Em outras palavras, em que pesem as diferenças em cada caso, a reconstituição da origem dos conselhos acima referidos revela a tentativa comum de estabelecer um diálogo social, mas também a necessidade, por parte dos governos responsáveis por sua implantação, de legitimar a adoção de políticas econômicas neoliberais.

Bibliografia

- AVILÉS, Antonio Ojeda. ¿Que Consejo Economico y Social? In: AVILÉS. [et al.] **Los Consejos Económicos y Sociales**. Madrid: Editorial Trotta, 1992.
- AVRITZER, Leonardo. Um Balanço da Participação Social no Brasil Pós-Constituição de 1988. In: AVRITZER, Leonardo. **Experiência Democrática, Sistema Político e Participação Popular**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.
- AVRITZER, Leonardo; SANTOS, Boaventura de Sousa. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Os três ciclos da sociedade e do estado. **Perspectivas**, v.41, p. 13-51, jan./jun. 2012.
- CORREA, Jaime Montalvo. A Experiência do Conselho Econômico e Social Espanhol: funções e estrutura. In: CORREA. [et al.] **Novos Espaços Democráticos: diálogo social no Brasil e a experiência da Espanha**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo (Col. Cadernos da Fundação Perseu Abramo), 2003.
- DINIZ, Eli e BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Os empresários industriais brasileiros depois do fim da hegemonia neoliberal. **Texto para Discussão n. 321, EESP/FGV**, São Paulo, Abril, 2013.
- FERREIRA, António Cassimiro. Diálogo Social: Notas de Reflexão Europeia e Portuguesa. In: ESTANQUE. [et. al.] **Mudanças no Trabalho e Ação Sindical: Brasil e Portugal no Contexto da Transnacionalização**. São Paulo: Cortez, 2005.
- GENRO, Tarso. Democratizar as relações entre governo e sociedade. In: CORREA. [et al.] **Novos Espaços Democráticos: diálogo social no Brasil e a experiência da Espanha**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo (Col. Cadernos da Fundação Perseu Abramo), 2003.
- GÓMEZ, Antonio Santana. El Consejo Economico y Social Español. In: AVILÉS. [et al.] **Los Consejos Económicos y Sociales**. Madrid: Editorial Trotta, 1992.
- INTERLOCUCIÓN social en el marco de la Constitución. **CAUCES: Cuaderno del Consejo Económico y Social. Madrid/Espanha**, nº 6-7, p. 20-33, 2008.
- KOWARICK, Lúcio. **O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: Um Processo em Construção**. Finalizado em 31/12/2003. Disponível em: <<http://www.cdes.gov.br/noticia/522/pag-350/o-conselho-de-desenvolvimento-econômico-e-social-lucio-kowarick.html>>. Acessado em 13 de janeiro de 2015.
- KUNRATH, Romerio Jair. Os Contextos de Origem e de Criação dos Conselhos Econômicos e Sociais da Espanha e do Brasil em Perspectiva Comparada. In: 4º **Congresso Uruguaio De Ciência Política – “La Ciencia Política desde el Sur”**, 2012, Montevideo. Associação Uruguaia de Ciência Política. Disponível em: <<http://www.aucip.org.uy/docs/cuarto-congreso/1141512%20-%20Kunrath,%20Romero%20Jair.pdf>>. Acessado em 02 de novembro de 2014.
- LIMA, Maria da Paz Campos e NAUMANN, Reinhard. Pactos Sociais em Portugal: da legitimação de projectos políticos globais à negociação de reformas das “relações industriais”? In: **IV Congresso Português de Sociologia – Sociedade Portuguesa – passados recentes/futuros próximos**, 2000, Coimbra. Associação Portuguesa de Sociologia.
- LOPES, Ernâni Rodrigues. Concertação Social e Política Económica o Caso Português 1974-1992. In: Conselho Económico e Social. **Os Acordos de Concertação Social em Portugal (I – Estudos)**. Lisboa: Conselho Económico e Social, 1993.

- MARUGÁN, Francisco Fernández. Pactos Sociais na Espanha. In: CORREA. [et al.] **Novos Espaços Democráticos: diálogo social no Brasil e a experiência da Espanha**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo (Col. Cadernos da Fundação Perseu Abramo), 2003.
- PAULA, Ana Paul Paes de. Administração Pública Brasileira entre o gerencialismo e gestão social. **Revista de Administração de Empresas**, V. 45, N. 1, p. 36-49, jan./mar. 2005.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Teses para a renovação do sindicalismo em Portugal, seguidas de um apelo. In: ESTANQUE. [et. al.] **Mudanças no Trabalho e Ação Sindical: Brasil e Portugal no Contexto da Transnacionalização**. São Paulo: Cortez, 2005a.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da governação neoliberal: O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 72, p. 7-44, Out. 2005b.
- SANTOS, Theotonio dos. Em busca de uma nova aliança política para o desenvolvimento. In: MARTINS, Paulo Emílio Matos; PIERANTI, Octavio Penna. **Estado e Gestão Pública – Visões do Brasil Contemporâneo**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- SECCO, Lincoln. Introdução: A Transição Democrática na Espanha. In: CORREA. [et al.] **Novos Espaços Democráticos: diálogo social no Brasil e a experiência da Espanha**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo (Col. Cadernos da Fundação Perseu Abramo), 2003.
- SILVA, Luis Inácio Lula da. **Carta ao Povo Brasileiro**. 2002. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/uploads/cartaapovobrasileiro.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2015.
- SOFIA, Julianna. **Mercado desconfia de Lula injustamente, diz Sardenberg**. Out. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2010200232.htm>>. Acesso em: 17 de maio de 2015.
- THEUER, Daniela; BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Um Estado novo-desenvolvimentista na América Latina? **Economia e Sociedade**, v. 21, número especial, p. 811-829, dez. 2012.
- VEGARA, Antonio Gutiérrez. A Concertação Social na Espanha a partir da Transição Democrática. In: CORREA. [et al.] **Novos Espaços Democráticos: diálogo social no Brasil e a experiência da Espanha**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo (Col. Cadernos da Fundação Perseu Abramo), 2003.